



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ
Av. Júlio Schwengber, 1645 – 97920-000 – Telefone: (55) 3369 1800
www.saopedrodotia.rs.gov.br

Ao setor de Ouvidoria Municipal

Em resposta ao ofício nº 39/2020, o setor informa que as providências foram tomadas, de acordo com o Decreto Municipal 1.999/2020. A falta de uso das máscaras é proibido, tanto pela legislação municipal, como pela estadual e federal.

Solicitamos informações do denunciante de qual empresa que o denunciado adentrou e foi atendido sem máscara.

Será seguido o processo conforme dita o decreto acima citado.

Recomenda-se que ao saber de aglomerações de pessoas entre em contato com a Prefeitura Municipal para que as providências sejam tomadas em tempo e/ou com a Brigada Militar deste Município ou Polícia Civil.

Em relação às pessoas que praticam tais atos, às mesmas são tão responsáveis quanto o estabelecimento. Inclusive existe por parte da Polícia Civil detenção de civis por festas e aglomerações indevidas.

Base legal:

1. Pelo Decreto Municipal 1.997/2020 Art. 1º - Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção, a fim de evitar o contágio do coronavírus – COVID 19, a todos usuários que adentrarem os estabelecimentos comerciais/ industriais / prestadores de serviços e órgão públicos do município de São Pedro do Butiá, a partir de 05/05/2020.

2. DECRETO Nº 55.240, DE 10 DE MAIO DE 2020. Institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências. **“Art. 48 Constitui crime, nos termos do disposto no art. 268 do Código Penal, infringir determinação do Poder Público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. Parágrafo único. As autoridades deverão adotar as providências cabíveis para a punição, cível, administrativa e criminal, bem como para a prisão, em flagrante, quando for o caso, de todos aqueles que descumprirem ou colaborarem para o descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto”.**

3. Decreto Municipal 1.999/2020: Reitera a declaração de estado de calamidade pública no âmbito do Município de SÃO PEDRO DO BUTIÁ e dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19).

Art. 4º A fiscalização de que trata este Decreto será exercida pelo setor de fiscalização do município, ao qual compete:

(...)IV – notificar os responsáveis por condutas em desacordo com as medidas previstas no Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020, no Decreto Estadual nº 55.241, de 10 de maio de 2020, em portarias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ
Av. Júlio Schwengber, 1645 – 97920-000 – Telefone: (55) 3369 1800
www.saopedrobutia.rs.gov.br

da Secretaria Estadual de Saúde e normas municipais, para imediata adequação, concedendo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para cessação da irregularidade e cumprimento das medidas emergenciais cabíveis;

Art. 5º As sanções administrativas aplicáveis pelo descumprimento das medidas determinadas no Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020, no Decreto Estadual nº 55.241, de 10 de maio de 2020, em portarias da Secretaria Estadual de Saúde e/ou em normas municipais, de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 188/1997, são as seguintes:

I – advertência;

II – multa, no valor de 5/10 (cinco décimos) da U.R.M. a 2 (duas) vezes o valor deste; utilizando-se o critério do artigo 235 e 236 do Código Tributário Municipal – Lei 188/1997, para defini-lo;

III – suspensão do alvará de funcionamento do empreendimento;

IV – cassação do alvará de funcionamento da empresa.

§ 1º A sanção de advertência corresponde a uma admoestação, por escrito, ao infrator, indicando as providências cabíveis para adequação ao disposto na legislação aplicável.

§ 2º A sanção de multa corresponde ao pagamento de obrigação pecuniária, pelo infrator, podendo ser cumulativa com quaisquer outras sanções que venham a ser aplicadas.

§ 3º A sanção de suspensão do alvará de funcionamento do empreendimento corresponde à interdição temporária da atividade, pelo descumprimento às medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da epidemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), estabelecidas na legislação aplicável.

§ 4º A sanção de cassação do alvará de funcionamento do empreendimento corresponde à interdição, até o final da calamidade pública, em razão do reiterado descumprimento das medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da epidemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), estabelecidas na legislação aplicável.

Art. 6º No âmbito do processo administrativo sancionador, deverão ser respeitados os direitos relativos ao contraditório e à ampla defesa ao autuado, observando-se o rito estabelecido na Lei Municipal nº 188/1997.

B